

EIXO 1 – PATRIMÔNIO CULTURAL, DO PASSADO AO FUTURO

Serra do Curral: patrimônio cultural e ambiental¹

DUARTE, Neise Mendes. (1); MAFFRA, Marcelo Azevedo. (2); NOVAIS, Andréa Lanna Mendes. (3)

1. Ministério Público do Estado de Minas Gerais- MPMG
Rua Timbiras, 2941, Barro Preto, Belo Horizonte- Minas Gerais; 30.140-062
neisemendes@yahoo.com.br

2. Ministério Público do Estado de Minas Gerais- MPMG
Rua Timbiras, 2941, Barro Preto, Belo Horizonte- Minas Gerais; 30.140-062
marcelomaffra@mpmg.mp.br

3. Ministério Público do Estado de Minas Gerais- MPMG
Rua Timbiras, 2941, Barro Preto, Belo Horizonte- Minas Gerais; 30.140-062
anovais@mpmg.mp.br

RESUMO

A Serra do Curral, integrante do maciço do Espinhaço, é o marco geográfico mais representativo da região metropolitana de Belo Horizonte que, ao mesmo tempo em que separa territórios municipais, integra-os pela sua continuidade linear. Exercendo o protagonismo na paisagem de Belo Horizonte e das cidades vizinhas de Sabará e Nova Lima, o alinhamento montanhoso, resultante de processos naturais e históricos, configura-se como marco referencial, constituindo-se como “moldura urbana” ou “pano de fundo” das cidades por onde se estende, ostentando seu perfil cênico e soberano. Desde o início da ocupação do território das Minas Gerais, serviu de referência geográfica e espacial para os bandeirantes que desbravaram a área em busca de riquezas minerais. Mais tarde, foi elemento fundamental para Aarão Reis no seu projeto para a nova capital das Minas Gerais. Ainda hoje, guarda em sua paisagem raros vestígios remanescentes do antigo Curral Del Rei, de grande valor arqueológico. Marca geograficamente a divisão de dois representativos ecossistemas do Estado de Minas Gerais, perfazendo uma zona de transição entre os biomas da Mata Atlântica e do Cerrado. Abriga grande diversidade de espécies de fauna e flora e numerosos mananciais responsáveis pelo

1 Esse artigo foi adaptado do Parecer Técnico nº 42/2022 elaborado para instruir procedimento sobre o tombamento estadual da Serra do Curral. Assinam o documento técnico, além dos autores desse artigo, o engenheiro ambiental Flávio Augusto Rodrigues Corrêa e o Assessor Jurídico Luciano Alvarenga.

abastecimento da capital e região metropolitana. Os aspectos naturais e culturais da Serra do Curral estão profundamente entrelaçados e sua importância não se restringe à temática do patrimônio cultural ou ambiental em estrito senso. Possui grande valor simbólico, turístico, educativo, social e de apropriação, oferecendo à população de seu entorno grande potencialidade de usos. Além de ser parte integrante da Serra do Espinhaço que, em 2005, foi reconhecida como Reserva da Biosfera pela ONU/ Unesco, possui proteção nas esferas federal, com tombamento pelo IPHAN do seu trecho mais alcantilado, e municipal pela Lei Orgânica de Belo Horizonte, processos e deliberações do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural deste município. O tombamento estadual está em andamento através do Processo PTE- 163/2018 instaurado pelo IEPHA. Não obstante todos os valores que acumula e as diversas proteções que sobre ela incidem, sob constantes pressões econômicas, especialmente no que se refere à exploração minerária e à especulação imobiliária. O objetivo deste artigo é apresentar os principais valores atribuídos à Serra do Curral; explicitar as proteções que a ela foram conferidas ao longo do tempo e destacar as ameaças que comprometem não somente a beleza cênica de sua paisagem, mas também a diversidade ambiental de seu território.

Palavras-chave: Serra, Curral, Patrimônio.

1 – Da relevância histórica:

O imaginário coletivo sobre Minas Gerais constrói-se basicamente por meio de fatos marcantes de sua história e de características regionais peculiares de seu território. Assim como a Inconfidência Mineira de 1789 remete aos ideais de luta pela liberdade do povo mineiro e tornou-se “mito de fundação da mineiridade”², as montanhas e serras do nosso Estado estão indissociavelmente vinculadas a este imaginário, conferindo identidade aos mineiros e seu território.

No período colonial da história brasileira, as montanhas, serras e picos cumpriram importante papel na ocupação e no povoamento do interior do Brasil, na medida em que funcionaram como referenciais geográficos nas viagens empreendidas por desbravadores do território, notadamente bandeirantes paulistas, que iniciaram os movimentos de busca pelas pedras e metais preciosos. No curso deste processo de colonização, as formas de relevo, caracterizadas pela elevada altitude em relação ao seu entorno, não tardaram a se revelar em promissoras jazidas minerais.

Neste sentido, pode-se afirmar que, muito além dos valores cênicos, paisagísticos, ambientais e turísticos, as serras e picos de Minas Gerais acumulam valores históricos, que reforçam sua relevância para a compreensão da configuração do território, da identidade e da memória de seu povo.

Especificamente em relação à Serra do Curral, pode-se afirmar que, embora essa denominação apareça na documentação histórica somente a partir do século XIX, seu alinhamento montanhoso está intrinsecamente ligado não apenas ao arraial Curral Del Rey, que deu origem ao município de Belo Horizonte, mas também a Freguesia de Sabará e ao arraial de Congonhas de Sabará, atual município de Nova Lima.

Na região da Freguesia de Sabará o pioneirismo da ocupação se deve às bandeiras lideradas por Fernão Dias Paes e seu genro Manoel da Borba Gato. Este último obteve em 1709 a concessão de duas sesmarias, que ocupavam a face norte da Serra do Curral.

2 REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. In **Cadernos de História**, v. 9, n.11, p.89-97, 1º sem. 2007.

Na historiografia relacionada a Belo Horizonte dois sesmeiros disputam o protagonismo da ocupação do território e fundação do arraial de Curral Del Rei. Em obra publicada em 1928, Abílio Barreto considera João Leite da Silva Ortiz como o fundador do arraial ou o proprietário original da sesmaria onde a localidade foi implantada. A carta de sesmaria, que concedeu em 1711 a João Leite da Silva Ortiz "toda a terra da dita fazenda começando a sua data ao pé do serro das Congonhas", faz referência às atividades desenvolvidas por ele desde 1701 na paragem denominada Cercado, onde "teve plantas e criações, de que sempre pagou dízimos e situou o gado vacuum". Ainda segundo o autor, a serra das Congonhas, "que a princípio tirou o seu nome de Congonhas de Sabará (hoje Nova Lima)" passou a se denominar Serra do Curral, "quando nasceu o arraial do Curral Del Rei"³.

Na década de 1940, surgiram novas versões sobre as origens do Curral Del Rei, com os autores Edelweis Teixeira, Augusto de Lima Junior e Raul Tassini. Em uma delas, o arraial teria sido fundado por Francisco Homem del-Rei, que teria chegado ao Brasil na nau Nossa Senhora da Boa Viagem que aportou no Rio de Janeiro em 1709. Francisco Homem del-Rei teria se estabelecido primeiramente em Itabira do Campo, vindo, posteriormente, a se fixar com um curral na sesmaria de Borba Gato, onde, em 1716, solicitou licença ao bispo do Rio de Janeiro para realizar celebrações na capela que construía, dedicada à Nossa Senhora da Boa Viagem. A denominação do arraial estaria associada, nessa versão, ao nome de Francisco Homem del-Rei e à atividade econômica por ele exercida.

Os pesquisadores concordam que a história de ocupação do território do arraial do Curral Del Rei está diretamente ligada à região da Serra do Curral, onde foram concedidas as primeiras sesmarias que se dedicaram ao abastecimento da população e ao comércio de gado vindo dos sertões do rio São Francisco desde as primeiras décadas do século XVIII. Neste sentido, Abílio Barreto argumenta que a carta de sesmaria concedida em 1711 a João Leite da Silva Ortiz cita expressamente atividades de fazendas, lavouras e criações e não faz nenhuma referência a lavras minerais, evidenciando o predomínio de atividades agropecuárias e da função abastecedora do arraial. O autor acrescenta que "a topografia

3 BARRETO, A. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva- história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995/ Dossiê para tombamento da Serra do Curral localizada nos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará. Belo Horizonte: IEPHA, 2020.

excepcionalmente favorecida destas paragens prestava-se para o estabelecimento de uma povoação dada à cultura e à vida pastoril”.

Sobre a denominação Curral Del Rei, Abílio Barreto sustenta que “logo depois de fundada a fazenda do Cercado, na região da Serra do Curral, foi surgindo o povoado, ao qual os habitantes deram o nome de Curral Del Rei, por causa do cercado ou curral ali existente, em que se reunia o gado que havia pago as taxas do rei”. A denominação do arraial já figurava em cartas de sesmaria de 1711. Note-se que a capital mineira preserva a denominação “Cercadinho” para a área da bacia hidrográfica de córrego, afluente do rio Arrudas. A permanência desta denominação certamente se remete aos primórdios da ocupação do território.

A partir de 1850, com a instituição da Lei de Terras, que estabeleceu os Registros Paroquiais de Terras, passou a ser produzida uma vasta documentação que se tornou importante fonte histórica, na medida em que contém informações como o nome do proprietário, o local e a extensão de suas terras, a origem da propriedade e os seus confrontantes. O registro paroquial de terras de Curral Del Rei revelou uma riqueza de informações relativas a propriedades rurais, cujos registros estavam, muitas vezes, associados às denominações regionais da Serra do Curral, como a Serra do Jatobá, da Mutuca e do Taquaril.

Com relação à região do Taquaril, um registro de terras de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, informa que “o Coronel Antônio Vaz da Silva e seus irmãos declaram possuidores de um terreno denominado Taquaril, nesta Freguesia de Sabará que consta de terras minerais compradas aos herdeiros do Capitão José Vieira Carneiro”. Do documento consta também a informação de que “ao pé das [terras] compradas aos herdeiros do dito Capitão Vieira estes terrenos confrontam pela de Anna da Cruz, com o Capitão Bernardino de Sena e Melo”⁴

Outra importante fonte histórica acerca das serras e picos das Minas Gerais corresponde à cartografia histórica, que evidencia representações do alinhamento montanhoso correspondente à Serra do Curral no conjunto de mapas produzidos pelos denominados

4 Levantamento Arqueológico interventivo Complexo Minerário Serra do Taquaril- Etapa 1- Municípios de Sabará, Nova Lima e Raposos-MG. Artefacto Consultoria, janeiro de 2015.

“padres matemáticos”, designados no século XVIII pela Coroa Portuguesa para elaboração de cartas geográficas mais precisas sobre seu domínio colonial, e pelo cartógrafo José Joaquim da Rocha. Embora o topônimo Serra do Curral não tenha sido registrado nesta documentação, no mapa da Comarca de Sabará, elaborado em 1778 por José Joaquim da Rocha, aparecem os arraiais de Curral Del Rei e Congonhas (do Sabará), havendo entre eles uma representação de pequenas elevações no formato de espinha de peixe que corresponde ao alinhamento da Serra do Curral. Isso reforça a importante função referencial que a serra em questão exerceu na conformação do território mineiro.

A denominação Serra do Curral propriamente dita aparece pela primeira vez nas cartas elaboradas pelos engenheiros alemães Henrique Halfed, Frederico Wagner e Henrique Gerber, contratados no século XIX pelo governo provincial para confecção de uma nova carta de Minas Gerais. A Carta da Província de Minas Gerais, impressa na Alemanha em 1862, oficializou o topônimo Serra do Curral.

Outra novidade que marcou o final do século XIX, decorrente da implantação do regime republicano, foi a decisão sobre a necessidade de mudança da capital do Estado de Minas Gerais, uma vez que Ouro Preto já não atendia às demandas de um centro político. Em 1892, o engenheiro Aarão Reis assumiu a chefia da Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital (CELINC), que elaborou cartas topográficas sobre as localidades indicadas, dentre as quais figurava o arraial de Curral Del Rei, que mais tarde veio a ser escolhido como o local onde seria implantada a nova capital.

Diversos foram os novos nomes apresentados ao Governador do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, tendo sido escolhida a denominação Belo Horizonte, que de acordo com ele “seria o nome que melhor afirmaria o espetáculo que a localidade deixava correr aos olhos daqueles que por ali passavam em função da bela paisagem promovida pela Serra do Curral”.⁵

5 Trecho retirado do Relatório apresentado pelo Governador do Estado João Pinheiro da Silva ao Congresso quando do encaminhamento do Decreto nº 36 de 1890

Em 1890, o antigo arraial de Curral Del Rei, por meio do Decreto nº 36, de 12 de abril, passou a se denominar Belo Horizonte.



Belo Horizonte, antigo Curral Del Rey em 1896. Ao fundo, a Serra do Curral emoldurando a paisagem. Fonte: Diretoria Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

A carta topográfica produzida em relação a Belo Horizonte foi elaborada com uma orientação voltada para o sul, contrariando a convenção estabelecida de elaborar mapas com orientação voltada para o norte. O objetivo da CELINC foi colocar o alinhamento da Serra do Curral como elemento dominante da paisagem e orientador da imagem que se queria passar com a implantação da cidade. Apresentando condições climáticas e hidrológicas favoráveis, em virtude da Serra do Curral, que, além de funcionar como barreira para manutenção de uma temperatura amena, abriga mananciais capazes de garantir o abastecimento da população, Belo Horizonte acabou sendo escolhida para abrigar a nova sede da capital de Minas Gerais.

A construção da nova cidade teve início em 1894. A planta apresentada em 1895 por Aarão Reis evidenciou a escolha de assentar a cidade projetada na base da Serra do Curral, que se constituiria como marco geográfico da região e poderia ser observada de toda a cidade planejada, formando uma espécie de moldura para a capital⁶.

6 <http://curraldelrei.blogspot.com/2011/06/a-serra-do-curral-del-rey-o-marco.html>. Acesso 26-05-2021.

Inaugurada em 12 de dezembro de 1897, a nova capital passou a ter a Serra do Curral e o Pico Belo Horizonte - seu ponto mais alto - como locais de contemplação e de lazer da população, consolidando como afetivo o marco físico da paisagem urbana. Poucos vestígios restaram do antigo arraial de Curral Del Rei, sobre o qual foi erguida uma cidade marcada pelo planejamento do seu desenho urbano.

2- Da relevância arqueológica

Não é por acaso que a Serra do Curral guarda em sua paisagem raros vestígios remanescentes do antigo Curral Del Rei. Nas proximidades da região do Taquaril, ao longo da crista da serra, verifica-se a presença de muros em alvenaria de pedra, predominantemente com a técnica de junta seca, que percorrem consideráveis extensões na paisagem. Implantados com a finalidade de servir de divisa de propriedades e obstáculo para circulação de gado, as estruturas lineares, localmente conhecidas como “muro dos escravos”, evidenciam a elevada potencialidade arqueológica da Serra do Curral.



Muros de pedra associados à vegetação na Serra do Curral.

Ao valor dos vestígios arqueológicos para a produção do conhecimento científico, deve-se acrescentar o valor ambiental, na medida contribuem para a preservação da biodiversidade. Associados a faixas mais densas de vegetação e favorecendo o acúmulo de matéria orgânica e nutrientes, valos e muros de pedra cumprem importante função no contexto de

recuperação e conservação ambiental das paisagens, servindo de verdadeiros corredores de preservação de elementos da flora e da fauna.

Isso indica que o alinhamento montanhoso da Serra do Curral apresenta uma interconexão entre natureza e homem, patrimônio natural e cultural, trazendo marcas de diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza e evidenciando um conjunto único, uma totalidade via e dinâmica⁷.

3- Da relevância paisagística:

O conceito de paisagem, indissociável da Serra do Curral, não se restringe a uma dimensão física, mas também simbólica, na medida em que a relação entre natureza e cultural é bilateral. As paisagens carregam consigo, além de aspectos relacionados ao relevo, à geologia ou à vegetação, elementos identitários e referenciais, que ultrapassam a dimensão material.

A separação didático-formal entre bens culturais e naturais baseia-se em uma perspectiva reducionista, que fundada na dualidade entre natureza e cultura, não apresenta, na prática, horizontes tão bem definidos. A profunda interação que se verifica entre ser humano e ambiente permite que pensemos em termos de uma totalidade, em que ao mesmo tempo em que as ações antrópicas modificam as paisagens, estas interferem nas práticas humanas.

A Serra do Curral exerce o protagonismo na paisagem de Belo Horizonte e das cidades vizinhas de Sabará e Nova Lima, configurando-se como marco referencial que, ao mesmo tempo em que separa os territórios municipais, integra-os pela sua continuidade linear. Cumpre o papel de “moldura urbana” ou pano de fundo por onde se estende, ostentando seu perfil cênico e soberano, resultante de processos naturais e históricos.

⁷ <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acesso 27-05-2021.

Como os aspectos naturais e culturais da Serra do Curral estão profundamente entrelaçados, sua proteção envolve, obviamente, conceitos e instrumentos que não se restringem à temática do patrimônio cultural ou ambiental em estrito senso. É preciso pensar em termos de conjuntos e relações numa constante e permanente interação.

4- Da relevância simbólica e afetiva:

A Serra do Curral configura-se numa porção de território associada, simbólica e afetivamente, à identidade da população mineira como um todo, na medida em que se destaca como principal marco geográfico da capital do Estado, da qual foi eleita símbolo na década de 1990.

Ademais, inserida em um contexto social e cultural complexo, de disputas e conflitos socioeconômicos, a Serra do Curral acabou por ser tornar símbolo de resistência e representa, em tempos de afirmação da consciência ambiental, um marco da luta popular pela sustentabilidade ambiental e pelo equilíbrio entre urbanização e natureza.

Isso indica que a percepção da Serra do Curral em Belo Horizonte e nos demais municípios por onde se estende está associada não apenas a questões naturais e materiais, enquanto elemento definidor do espaço urbano, mas também à sua dimensão simbólica e afetiva.

5 - Da relevância turística, educativa, social e de apropriação:

Diversos são os públicos que se apropriam das mais diferentes formas da Serra do Curral, que oferece à população de seu entorno grande diversidade de usos, desde contemplativo e religioso até recreativo e educativo.

Abrigando parques e trilhas nos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, a Serra do Curral possui valor turístico, ecológico e recreativo, recebendo a população da capital e de municípios vizinhos para a prática de atividades que proporcionam contato direto com a natureza, com elementos de sua fauna e flora. Para a capital mineira, trata-se de um verdadeiro refúgio natural em meio ao caos urbano.

A apropriação religiosa e espiritual da Serra do Curral, por grupos de diferentes tradições que buscam o território para viver e manifestar sua relação com o sagrado, também precisa ser destacada. A comunidade Manzo Ngunzo Kaiango, que se autorreferencia como quilombola, tendo sido registrada em 2018 como Patrimônio Cultural do Estado de Minas Gerais, encontra-se implantada a menos de um quilômetro do Parque Estadual da Baleia, preservando práticas culturais associadas à religiosidade de matriz africana.

Destacam-se ainda a realização de cultos por grupos evangélicos em espaços específicos da Serra do Curral, onde os fiéis, associados à perspectiva bíblica de “monte sagrado”, manifestam sua fé. O monte do Belvedere, que chama a atenção por ser um dos mais altos da região, consiste em um destes espaços religiosos, frequentado por grupos predominantemente evangélicos.

6 - Da relevância ambiental:

A Serra do Curral situa-se em porção territorial de especial importância geológica. Integrante do maciço do Espinhaço, apresenta altitude média de 1100 a 1350 metros, sendo que o ponto culminante se encontra no Pico Belo Horizonte a uma altitude de 1390 metros e marca geograficamente a divisão de dois representativos ecossistemas do Estado de Minas Gerais, perfazendo uma zona de transição entre os biomas da Mata Atlântica e do Cerrado.

Abriga grande diversidade de espécies de fauna e flora e numerosos mananciais pertencentes às bacias dos rios das Velhas e Paraopeba, responsáveis pelo abastecimento de cerca de 70% da população da capital e de 40% dos moradores da região metropolitana de Belo Horizonte. Entre os mananciais que correm pela Serra do Curral estão o ribeirão Arrudas, os córregos da Serra, do Clemente, Capão da Posse e do Barreiro.



Exuberância da paisagem da Serra do Curral.

É importante ressaltar ainda o papel da Serra do Curral como corredor ecológico, uma vez que abriga refúgios naturais protegidos legalmente, como o Parque Estadual da Baleia, o Parque Municipal das Mangabeiras, os Parques da Serra do Curral e Fort Lauderdale, a RPPN Mata do Jambreiro, a RPPN do Clube Albert Scharlé, além de reservas legais de propriedades rurais. Todos esses espaços territorialmente protegidos se inserem na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Rola Moça, no interior dos limites da Área de Proteção Ambiental Estadual Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte e nas Reservas da Biosfera Mata Atlântica e Serra do Espinhaço.

Por isso, pode-se afirmar que a Serra do Curral desempenha um papel importante na permeabilização do solo e na retenção da água das chuvas, bem como na melhoria do clima e da qualidade ambiental urbana.

Não é por acaso que a Serra do Curral integra a proposta de criação do Geoparque do Quadrilátero Ferrífero, como um território representativo da história geoecológica da Terra, acumulando atributos naturais e culturais cuja preservação se torna imperativa.

7- Das ameaças ao patrimônio natural e cultural:

A Serra do Curral delimita a porção Norte de uma das mais importantes províncias minerais do mundo, denominada Quadrilátero Ferrífero (QF), que ocupa uma superfície de aproximadamente 7.000 km², sendo uma das regiões de geologia pré-cambriana mais estudadas do mundo. Jazidas minerais diversas são exploradas economicamente há mais de três séculos no QF, destacando-se o minério de ferro, pela qualidade metalúrgica e pela potencialidade das reservas.

Congonhas de Sabará, atual município de Nova Lima, e Sabará tiveram sua ocupação associada às atividades minerárias desde as primeiras décadas do século XVIII. Na primeira metade do século XIX, a introdução de capitais estrangeiros na exploração aurífera contribuiu para acelerar o avanço desta atividade econômica na região. Contudo, a intensificação do processo extrativo nas encostas da Serra do Curral ocorreu a partir da mudança de perspectiva no setor mineral, que se passou a se orientar para a exploração de jazidas de minério de ferro.

No território de Belo Horizonte, a atividade de mineração na Serra do Curral passou a ocorrer de forma mais sistemática a partir da década de 1940, com a extração da dolomita na região do Acaba Mundo. Além disso, havia a exploração do minério de ferro na região do Taquaril desde a década de 1950 e do quartzito na região do Barreiro, a partir da década de 1960.

Na passagem dos anos 1960 para 1970, a Serra do Curral sofreu fortes pressões do setor minerário que se implantou de forma mais intensa na região, com a mina de Águas Claras e a criação da Ferrobrel. Mesmo com a inscrição do Conjunto Paisagístico do Pico Belo Horizonte e da parte mais alcantilada da Serra do Curral em 1960 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN, a mineração continuou sendo desenvolvida no entorno da área protegida sem maiores obstáculos.

Na década de 1970, iniciaram-se as primeiras mobilizações da sociedade civil no sentido de pressionar o governo a realizar ações de salvaguarda da Serra do Curral, uma vez que o

uso intenso de explosivos pelas mineradoras na vertente sul colocava em risco a integridade do conjunto, ameaçando o patrimônio natural, simbólico e afetivo da capital mineira.

Já no ano de 1975, as atividades praticadas pela MBR na Serra do Curral tornaram-se objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada para apurar irregularidades no tocante à poluição das águas, destruição de nascentes, destruição da flora e da fauna da Mata do Jambreiro e destruição da barreira natural da montanha, que garantia o clima ameno em Belo Horizonte. Uma visita do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) à Serra do Curral em 15 de dezembro de 1975 concluiu que já vinha ocorrendo o rebaixamento da cumeada da serra.

Dando visibilidade nacional ao embate entre a proteção da Serra do Curral e os interesses minerários na área, em 1976 foi publicado no Jornal do Brasil o poema ***Tristes Horizontes***, de Carlos Drummond de Andrade. Nele, o poeta revelou toda sua angústia com os rumos de Belo Horizonte, incluindo o avanço da mineração na Serra do Curral. Os versos seguintes, hoje impressos em um painel na entrada do Parque da Serra do Curral dão dimensão da preocupação do nosso poeta maior: ***“Esta serra tem dono. Não mais a natureza a governa. Desfaz-se, com o minério, uma antiga aliança, um rito da cidade”***

Em 1988 foi lançado o movimento “SOS Serra do Curral”, que criticava a autorização de construções na área tombada e a exploração de minério pela MBR. Foram, deste modo, lançadas as bases para o tombamento da Serra do Curral pelo município de Belo Horizonte.

A partir da década de 1990, objetivando sanar os problemas de degradação ambiental e paisagística promovidas pelas atividades minerárias na Serra do Curral, o Poder Público Municipal autuou várias empresas que exploravam a área, com vistas à sua regularização. Algumas foram interditadas devido a irregularidades, sem a realização das medidas necessárias de recuperação ambiental e paisagística.

A mina de Águas Claras foi uma das empresas notificadas, especialmente no que se refere aos processos erosivos decorrentes das atividades desenvolvidas, tendo, inclusive, um dos marcos limitantes, postos pelo IPHAN no bem tombado, cedido em decorrência de deslizamento ocorrido na década de 1990. Desta mina foi extraído minério de ferro até o fim

de 2002, sendo que as três décadas de atividade minerária deixaram um rastro de degradação ambiental na Serra do Curral que, a despeito dos planos elaborados e das intervenções realizadas, permanece sem reparo significativo. A primeira grande cicatriz da mineração na paisagem da Serra do Curral ficou consolidada: atualmente, a cava da mina de Águas Claras se encontra inundada, formando uma enorme lagoa, que se destaca na paisagem, juntamente com os cortes efetuados na montanha.

Outro empreendimento minerário que trouxe significativos impactos à paisagem da Serra do Curral foi a mina Corumi, que na década de 1970, passou a ser explorada pela Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra), na região do Taquaril. Autuações e embargos marcaram a trajetória da exploração mineral no local.



Degradação em decorrência da mineração praticada na Serra do Curral

Em 2014, a Mineração Taquaril S.A. (Tamisa) iniciou os procedimentos administrativos para implantação do Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST), suscitando grandes discussões acerca dos riscos para a paisagem, para a biodiversidade e os recursos naturais, bem como para a qualidade de vida das comunidades. Em 2022, com a aprovação das licenças prévias e de instalação pelo órgão ambiental, o empreendimento foi alvo de diversas ações judiciais, que questionam a regularidade no processo de licenciamento.

Além das ameaças sofridas pela atividade minerária, a ocupação das encostas da Serra do Curral pela expansão urbana ocorre desde a época de 1930, quando as ex-colônias agrícolas Afonso Pena passaram a ser ocupadas por quarteirões dos bairros hoje denominados Anchieta, Cruzeiro, Serra, Carmo, Santo Antônio, Sion, Comiteco e Mangabeiras. A partir da década de 1970, novos bairros surgiram no sopé da Serra como o Belvedere e condomínios unifamiliares no município de Nova Lima. A partir da década de 1990 houve uma verdadeira explosão de empreendimentos verticais de múltiplos pavimentos, com a implantação do Bairro Belvedere III, em Belo Horizonte.

A falta de instrumentos específicos de preservação do patrimônio cultural e precários instrumentos de controle urbanístico voltados à proteção do alinhamento montanhoso nas cidades de Nova Lima e Sabará possibilitaram a ocupação de novos bairros, como por exemplo, o Vila da Serra e Vale do Sereno, junto à Serra do Curral, intensificando o processo de conurbação urbana e causando enorme prejuízo à visibilidade do monumento natural e alteração da silhueta da Serra do Curral. Isso demonstra que o espaço construído foi, paulatinamente, avançando em direção ao espaço natural, promovendo danos consideráveis ao meio ambiente e à qualidade de vida nas cidades.

8 - Das proteções existentes

Em nível internacional, a Serra do Curral é parte da Serra do Espinhaço que foi reconhecida, no ano de 2005, como reserva da Biosfera pela ONU/ Unesco.

Nacionalmente, o tombamento federal da vertente da Serra do Curral voltada para Belo Horizonte foi iniciado em 1958 e, desde o início, foi polêmico, especialmente no que se referia à definição de um perímetro de proteção. Na reunião do Conselho Consultivo realizada em 1º de setembro de 1960, a Serra do Curral foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, número de inscrição 029-A e número de processo 0591-T-58.

Em atendimento à decisão judicial, em ação movida pelo MPMG e MPF, o IPHAN iniciou os trabalhos de georreferenciamento das áreas de tombamento referentes às poligonais da Serra do Curral e Pico de Belo Horizonte. Em 18 de maio de 2016, foi publicada a Portaria

nº 198, que dispunha sobre a descrição da poligonal de tombamento e o estabelecimento da poligonal de entorno do Conjunto paisagístico do Pico Belo Horizonte e da parte mais alcantilada da Serra do Curral, bem objeto de tombamento federal.

Após impugnação da Taquaril Mineração S.A. e da MBR- Minerações Brasileiras Reunidas, a Portaria nº 198/2016 foi anulada pela Portaria nº 444, de 27 de outubro de 2016, com alteração nas poligonais de tombamento referente à Poligonal B – Pico Belo Horizonte. A Portaria nº 444 foi alterada, em 19 de novembro de 2018, pela Portaria nº 437, com alterações nas poligonais de entorno do perímetro de proteção. Registre-se que o IPHAN não apresentou argumentos técnicos que justificassem a sucessão de alterações nas portarias relativas à delimitação do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral e Pico Belo Horizonte.

Além do reconhecimento internacional e tombamento federal, a Serra do Curral conta com proteção pelo município de Belo Horizonte, inicialmente através do artigo 224 da Lei Orgânica Municipal de 21 de março de 1990, compreendendo o alinhamento montanhoso entre as áreas do Taquaril ao Jatobá.

No bojo do Processo nº 011 007 449 564, em 04 de abril de 1991, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM-BH) aprovou por unanimidade o tombamento e o perímetro de proteção do Alinhamento Montanhoso da Serra do Curral, com diretrizes gerais de proteção. O tombamento definitivo foi aprovado, pelo CDPCM/BH, em 16 de dezembro de 2003, quando também se determinou as diretrizes de proteção do Perímetro de Entorno/Vizinhança das referidas Subáreas, resultando na Deliberação nº 147/2003, publicada Diário Oficial do Município – Belo Horizonte, Ano X, nº 2.030 – 1º/7/2004.

No entanto, as proteções federal e municipal não têm sido suficientes para resguardar a Serra do Curral da especulação imobiliária e da degradação causada pela mineração. Além disso, a sobreposição de proteções até então existentes contribui para a salvaguarda do bem apenas nos limites do município de Belo Horizonte.

É neste contexto que se coloca a proposta de tombamento estadual da Serra do Curral: visando não somente para preservação do patrimônio histórico, arqueológico e cultural que

a paisagem abriga, mas também para manutenção e conservação de suas condições naturais, físicas e bióticas, que interferem diretamente na qualidade de vida das populações que vivem em seu entorno.

Em junho de 2018, o IEPHA-MG procedeu à abertura do Processo PTE- 163/2018 para o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra do Curral e iniciou o processo de contratação da empresa responsável pela elaboração dos estudos relativos ao tombamento, sob a supervisão da equipe técnica do IEPHA. O Dossiê para Tombamento da Serra do Curral localizada nos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará foi concluído em 2020, configurando-se num documento técnico de alta qualidade, tendo sido elaborado por equipe multidisciplinar qualificada em diversas áreas de conhecimento.

No entanto, até a presente data Dossiê para o Tombamento Estadual da Serra do Curral não foi pautado para apreciação do CONEP, órgão colegiado, deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), ao qual compete deliberar sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais, como, por exemplo, decidir sobre tombamentos e registros de bens culturais.

A aprovação pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na madrugada do dia 30 de abril de 2022, da concessão das licenças prévia (LP) e de instalação (LI) ao empreendimento minerário da Taquaril Mineração S/A (Tamisa) mostra-se como uma nova e grande ameaça à integridade da Serra do Curral. Diversas figuras públicas, agentes políticos, ambientalistas e membros da sociedade civil se mobilizaram buscando barrar a mineração no principal cartão-postal de Belo Horizonte.

Em 08/06/2022, o ICOMOS Internacional divulgou recomendações elaboradas por uma Comissão de Especialistas nacionais e internacionais direcionadas aos governos federal, estadual e dos municípios, que serão notificados a implementá-las para proteção da Serra do Curral. Caso não sejam acatadas, o órgão internacional seguirá com o Alerta Patrimonial (HERITAGE ALERT), que será divulgado em nível mundial.

Toda essa mobilização popular tem trazido importantes avanços na proteção da Serra do Curral. Em 07/06/2022 a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) publicou um decreto que instituiu o Corredor Ecológico Espinhaço-Serra do Curral, com área de 1.185,22 mil hectares e compreende da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Minas Tênis Clube, no Bairro Taquaril, até a Mineração Lagoa Seca, no Bairro Belvedere, passando por três parques municipais e pelo Parque Estadual da Baleia. Em 14/06/2022 o Governo de Minas decretou a Serra do Curral como bem de relevante interesse cultural do estado e determinou a sequência no tombamento estadual. Diante disso, no dia 20/06/2022, o IEPHA determinou o acautelamento provisório da Serra do Curral, através da portaria nº22/2022, de 19 de junho de 2022, que determina a proteção provisória da região delimitada de acordo com o perímetro de proteção em nível estadual proposto no dossiê de tombamento aprovado pelo órgão. Ficou estabelecido que qualquer expansão ou novo empreendimento que provoque impacto na área delimitada precisa de aprovação do IEPHA. As restrições são válidas até apresentação da proposta de tombamento da Serra do Curral, que trará regras claras de preservação do local.

As recentes iniciativas do órgão de proteção estadual suscitaram questionamentos jurídicos, tendo em vista que muitos entendem que o tombamento provisório da Serra do Curral já se encontra vigente desde a abertura do processo PTE- 163, em junho de 2018. Além disso, continuam válidas as licenças concedidas à Tamisa, uma vez que no entendimento do órgão, foram concedidas anteriormente ao acautelamento provisório.

Nestes termos, o processo de tombamento estadual da Serra do Curral encontra-se inconcluso e o território que abriga vestígios arqueológicos, que remontam às origens da ocupação e do povoamento do antigo arraial de Curral Del Rei, permanece desprotegido do ponto de vista do patrimônio cultural, tanto na parte da Serra do Curral, pertencente a Sabará, quanto na parte pertencente a Nova Lima.

9- Considerações finais:

Não obstante a inegável relevância histórica, arqueológica, paisagística, referencial, turística e afetiva, a Serra do Curral tem se mostrado, pelo menos desde a década de 1960, palco de acirrados conflitos, travados entre uma vasta gama de atores, dentre os quais se destacam

o poder público, em suas esferas federal, estadual e municipal, o setor produtivo e sociedade civil organizada. Os riscos e ameaças, que comprometem a beleza cênica da paisagem e a diversidade ambiental do território persistem e se intensificam ao longo do tempo.

Além do acelerado processo de expansão urbana e da forte especulação imobiliária que incrustou bairros inteiros no alinhamento montanhoso da Serra do Curral, é assustadora a voracidade com que os empreendimentos minerários avançam na área, imprimindo profunda aridez à paisagem, de modo a esvaziar seu significado. Lamentavelmente, um triste quadro de degradação já se tornou realidade na Serra do Curral, onde cavas de mineração devoram de modo irreversível suas encostas, legando às gerações presentes e futuras um cenário desolador, marcado pela devastação do patrimônio ambiental e cultural.

Nas palavras de Wisnik, em Belo Horizonte a Serra do Curral tornou-se “uma paisagem de fachada que esconde uma ruína mineral”, sendo que “o horizonte de Belo Horizonte é sustentado hoje por uma espécie de telão montanhoso, uma mera película residual, preservada por conveniência- afinal, é dele que a capital do estado extrai seu nome”.⁸

Isso indica que proteções que até então incidem sobre a Serra do Curral não têm se mostrado suficientes para garantir sua preservação. A fragilidade da proteção conferida pelo IPHAN à Serra do Curral fica muito evidente, sobretudo se considerada a omissão do órgão federal na vigilância do bem tombado, bem como as constantes alterações nas portarias que estabelecem os limites de proteção do bem tombado, de modo a reduzir, cada vez mais, a área protegida.

Da mesma forma, o tombamento municipal aprovado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, que se restringe aos limites territoriais da capital mineira não se mostrou eficiente no controle do crescimento urbano desordenado nos arredores da Serra do Curral, desconsiderando as diretrizes para a área traçadas para a área protegida.

8 WISNIK, José Miguel. **Maquinação do Mundo: Drummond e a Mineração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Portanto, o tombamento estadual da Serra do Curral, nos moldes definidos no Dossiê de Tombamento aprovado pelo IEPHA, torna-se imprescindível não somente para preservação do patrimônio histórico, arqueológico e cultural que sua paisagem abriga, mas também para manutenção e conservação de suas condições naturais, físicas e bióticas, que interferem diretamente na qualidade de vida das populações que vivem no entorno deste alinhamento montanhoso tão relevante para a história do Estado de Minas Gerais.

Importa considerar, como bem observa José Eduardo Ramos Rodrigues, em referência às históricas reflexões e contribuições teóricas de Aziz Ab'Sáber, que a tomada de decisão para o tombamento é, antes de tudo, [...] um ato de discernimento cultural, que procura atender às reclamações de muitas vozes e de muitas gerações. Como tal é um ato de inteligência e coragem coletiva. Trata-se de uma estratégia trans-ideológica, destinada a ter permanência e validade histórica. Não são os governos que tomam, na maioria das vezes, a iniciativa do tombamento. As solicitações quase sempre partem de cidadãos esclarecidos. Ou de grupos comunitários. Ou, ainda, de estudiosos sensibilizados pela ideia de proteger o patrimônio da sociedade e da nação, de um modo inteiramente idealista e desinteressado, em contraposição às eternas expectativas de lucros dos especuladores de todos os naipes.

Referências:

BARRETO, A. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva- história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995

Giffoni, Luis. **Serra do Curral**. Série BH. A cidade de cada um. Belo Horizonte: Conceito, 2012.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Aspectos polêmicos em torno do patrimônio cultural. In: RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Estudos de Direito do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 96-97.

WISNIK. José Miguel. **Maquinação do Mundo: Drummond e a Mineração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Dossiê para o Tombamento Estadual da Serra do Curral. Práxis Projetos e Consultoria/IEPHA-MG, 2020.